

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015
(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, informações quanto ao risco de custo, ainda maior, que pode ser assumido pelos consumidores, pelo risco de déficit na geração de energia hidrelétrica.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto a risco de custo, ainda maior, que pode ser assumido pelos consumidores, por um déficit na geração de energia hidrelétrica.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com reportagem do jornal *Estadão*¹, publicada no último dia 30 de julho, para tentar solucionar o problema do déficit na geração de energia hidrelétrica - o chamado risco hidrológico (GSF) -, o governo propôs aos agentes produtores de eletricidade uma mudança relevante na forma como os momentos de estiagem são enfrentados pelo sistema elétrico brasileiro. Em reunião realizada no último dia 29 de julho, na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), técnicos e diretores do órgão regulador detalharam a **proposta que transfere o risco dessa falta de energia dos geradores para os consumidores finais a partir de 2017.**

Na prática, a proposta transferiria para o regime de bandeiras tarifárias o risco de as hidrelétricas não conseguirem gerar o total de eletricidade que consta em seus contratos. Hoje, a bandeira vermelha já adiciona R\$ 5,50 nas

¹ Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no endereço:
<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral%2cconsumidor-vai-bancar-risco-de-falta-de-energia--imp-%2c1734881>, consultado em 30/07/2015.

contas de luz para cada 100 quilowatt hora (kWh) consumidos em meses de custo mais alto na geração de energia.

Com a mudança, esse peso a mais a ser carregado pelos consumidores será ainda maior em períodos de estiagem. Em compensação, como os contratos do setor serão repactuados para preços menores que os atuais, em tempos de regime hidrológico favorável, a conta de luz pode ser menor.

Segundo a reportagem, para cobrir o rombo atual - da baixa geração em 2014 e 2015 -, que as geradoras não querem assumir, o governo oferece a criação de um "ativo financeiro" que será devolvido às empresas ao fim das concessões por meio de um aditivo de contrato que estenda o controle das companhias sobre as usinas pelo tempo necessário para quitar esse débito.

Essa solução evitaria o repasse desse problema para as contas de luz ainda este ano. Mais uma vez, o governo exige uma contrapartida que seria a retirada imediata das diversas ações judiciais dos geradores para o não pagamento de suas obrigações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Frente a essas informações publicadas pela imprensa, vimos, portanto, por meio do presente pedido, encarecer ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia envie, no mais breve prazo possível, informações quanto às razões que justifiquem tal medida e, a saber:

- Existe de fato o risco de os consumidores pagarem mais pelo consumo de energia a partir de 2017.
- Existem cálculo de como se dará esse aumento? Ou, se for o caso, diminuição?

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2015.

Deputado ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO
PSDB - AM